



DIÁRIO OFICIAL

João Lisboa – Maranhão

Instituído pela Lei Municipal nº 023-2017, de 19 Dezembro de 2017



PODER EXECUTIVO

ANO II, Nº CI, JOÃO LISBOA - MA, SEGUNDA FEIRA, 29 DE JULHO DE 2019 EDIÇÃO DE HOJE: 029 PÁGINAS

SUMÁRIO: EXECUTIVO

DECRETO.....Nº 002
PORTARIAS.....Nº 002
RELATORIO DE GESTÃO FISCALNº 007
RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTARIA Nº 0012

LEGISLATIVO

RELATORIO DE GESTÃO FISCAL Nº 0025

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de João Lisboa, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação da entidade da Administração Direta deste Município, sendo referida entidade inteiramente responsável pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de João Lisboa poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: joaolisboa.ma.gov.br. Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse joaolisboa.ma.gov.br/diario. As Consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de João Lisboa – MA
CNPJ: 01.000.300/0001-10
Av. Imperatriz, Nº 1331– Centro
Site: joaolisboa.ma.gov.br
Diário: joaolisboa.ma.gov.br/diario

TERCEIRO

PREFEITURA DE JOÃO LISBOA

DECRETO

DECRETO Nº 040/2019

Exonera servidor em decorrência de decisão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo disposto no art. 155 c/c o art. 153, I a III, todos da Lei Municipal nº 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de João Lisboa/MA).

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar em decorrência de decisão do Processo Administrativo Disciplinar-PAD nº 023/2018-SEAMO (acúmulo ilegal de cargo público), JEFFERSON RIBEIRO DOS SANTOS – CPF: 973.419.753-34 do cargo de VIGIA, MATRÍCULA 010846-4.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação nos placares da Prefeitura de João Lisboa.

Gabinete do Prefeito Municipal de João Lisboa, Estado do Maranhão, em 01 de agosto de 2019, 198º ano da Independência e 131º da República.

JAIRO MADEIRA DE COIMBRA
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA N.º 048/2019 - SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando o teor da notificação 081/2019 da Secretaria Municipal de Administração e Modernização – SEAMO de João Lisboa de 28.05.2019, dando conta que o(a) servidor(a) público(a) VERA LUCIA MARTINS DE OLIVEIRA,

ocupa um cargo efetivo de Agente Administrativo no Município de João Lisboa/MA, e outro cargo de Auxiliar de Serviços em São Francisco do Brejão/MA.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA, cargo de Professor**, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume das publicações da municipalidade, podendo ser prorrogada por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 10 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 052/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2019 em desfavor do(a) servidor(a) LEONARDO HENRIQUE VALERIANO CARDOSO, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme a ficha financeira individual e o ofício n.º 47/2019 – SEAMO, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA**, cargo de Professor, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 08 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 054/2019 - SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando o teor da notificação 332/2018 da Secretaria Municipal de Administração e Modernização – SEAMO de João Lisboa, dando conta que o(a) servidor(a) público(a) LUCIANA SILVA LIMA, ocupa um de cargo de Coordenadora de Educação em Senador La Rocque/MA, e outro cargo de Coordenadora de Projetos em Senador La Rocque/MA, e ainda outro, cargo de Professor(a) de Educação Infantil Nível 4 em João Lisboa/MA.

RESOLVE:

Art. 1.º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA**,

cargo de Professor, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume das publicações da municipalidade, podendo ser prorrogada por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 10 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 058/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2019 em desfavor do(a) servidor(a) CLAUDIO DE SOUSA MELO, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme o ofício nº 202/2019 – SEMED, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA**, cargo de Professor, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 17 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 060/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar n.º 011/2019 em desfavor do(a) servidor(a) IRISMAR MORAIS FREITAS DE OLIVEIRA, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme o ofício n.º 204/2019 – SEMED, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA**, cargo de Professor, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 17 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 062/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar n.º 013/2019 em desfavor do(a) servidor(a) ZILMAR DOS SANTOS FEITOSA, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme o ofício n.º 206/2019 – SEMED, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA**, cargo de Professor, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 17 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 064/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar n.º 015/2019 em desfavor do(a) servidor(a) IANNY DAS CHAGAS SANTOS, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme o ofício n.º 073/2019 – SEMUS, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA**, cargo de Professor, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 17 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 068/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar n.º 019/2019 em desfavor do(a) servidor(a) ADOALDO ALVES CARDOSO, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme o ofício n.º 205/2019 – SEMED, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA**, cargo de Professor, matrícula 010981-9, **LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e **DARIO SOUSA DE OLIVEIRA**, cargo de Professor, matrícula 010183-3, para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 19 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 069/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2019 em desfavor do(a) servidor(a) ALCIDES MIGUEL DA SILVA NETO, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme o ofício nº 206/2019 – SEMED, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA, cargo de Professor, matrícula 010981-9, LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e DARIO SOUSA DE OLIVEIRA, cargo de Professor, matrícula 010183-3,** para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 19 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

PORTARIA N.º 070/2019-SEAMO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA, ESTADO DO MARANHÃO, EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, contidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, o disposto nos art. 177 da Lei Municipal 002/98 (Estatuto e Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de João Lisboa/MA),

Considerando a não finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 021/2019 em desfavor do(a) servidor(a) ANTÔNIO SOUSA DA COSTA, em vista da ausência ininterrupta superior a 30 dias, conforme o ofício nº 207/2019 – SEMED, colocando-a à disposição da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta dos seguintes membros, servidores efetivos: **CICERO DE SOUSA LIMA, cargo de Professor, matrícula 010981-9, LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, cargo de Professora, matrícula 010789-1 e DARIO SOUSA DE OLIVEIRA, cargo de Professor, matrícula 010183-3,** para, sob a Presidência do primeiro e o segundo Secretário, dar continuidade aos trabalhos.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO/MA, EM 19 DE JULHO DE 2019.

EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA/MA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Tabela 1.1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.161.370,44	0,00
Pessoal Ativo	29.161.370,44	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.380.943,71	0,00
Decisão PL TCE nº 15/2004	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.142.373,64	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	238.570,07	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.780.426,73	0,00

TUDO
lado, se
plani
Ape
abab

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.830.459,09	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	53.830.459,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	27.780.426,73	51,61%
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.068.447,91	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.615.025,51	51,30%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	28.161.603,12	48,60%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Tabela 1.2

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite> <Quadrimestre>			<Exercício do primeiro período seguinte> <Primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte> <Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 2.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			<Exercício do primeiro período seguinte>	
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Primeiro período seguinte>	
<Semestre>				
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) - (0,25*c)	Limite (e) - (b-d)
(a)	(b)	(c) - (b-a)	(d)	(e)

Tabela 2.2

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO					
Exercício Financeiro	2001				Qua
	3º Quadrimestre				
	DCL	Excedente ²	Redutor	1º	
% da DCL sobre a RCL					
% Limite de Endividamento					
Exercício Financeiro	2005				Qua
	Quadrimestre				
	1º	2º	3º	1º	
% da DCL sobre a RCL					
% Limite de Endividamento					
Exercício Financeiro	2009				Qua
	Quadrimestre				
	1º	2º	3º	1º	
% da DCL sobre a RCL					
% Limite de Endividamento					
Exercício Financeiro	2013				Qua
	Quadrimestre				
	1º	2º	3º	1º	
% da DCL sobre a RCL					
% Limite de Endividamento					

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insu (traço) nessa linha.

² O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução

Nota:

	<Exercício do segundo período seguinte>			<Exercício do terceiro período seguinte>		
	<Segundo período seguinte>			<Terceiro período seguinte>		
	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite
(f)	(g) - (f-a)	(h) - (e)	(i)	(j) - (i-a)	(k) - (a)	(l)

2002		2003			2004		
drimestre		Quadrimestre			Quadrimestre		
2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º

2010		2011			2012		
drimestre		Quadrimestre			Quadrimestre		
2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º

ineficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-"

Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Preencher
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	53.129.057,34	53.830.459,09		0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <-%>	11688392,61	11842315,95		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <-%>	10519553,35	10658084,36		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Preencher
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				0

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

Nota:

Tabela 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 I (I)		
Externa	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 I (II)		
TOTAL (III)	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.830.459,09	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)		0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE(VI) = (IIIa + V - Ia - Iia)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.612.873,45	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <-%>	7.751.586,11	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.768.132,14	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal da Dívidas		

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA/MA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.211.740,30	280.065,19	-	1.880.820,77	-	-	3.372.626,26	-	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	376.399,71						376.399,71		
Transferências do FUNDEB 60%	1.628.469,18	96.430,04		1.621.373,97			89.334,83		
Transferências do FUNDEB 40%							-		
Outros Recursos Destinados à Educação	108.418,31	13.635,15					94.783,16		
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	1.436.138,32			259.446,80			1.695.585,12		
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.204.218,93	170.000,00					1.374.218,93		
Recursos Destinados à Assistência Social	218.666,56						218.666,56		
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário							-		
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro							-		
Recursos Destinados ao RGPS							-		
Recursos de Operações de Crédito (Exceto destinados à Educação e à Saúde)							-		
Recursos de Alienação de Bens/Ativos							-		
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	150.537,39						150.537,39		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.200.547,43	160.922,88	-	95.987,73	-	-	6.943.636,82	-	
Recursos Ordinários	7.200.547,43	160.922,88	-	95.987,73	-	-	6.943.636,82	-	
TOTAL (III) = (I + II)	5.988.807,13	440.988,07	-	1.976.808,50	-	-	3.571.010,56	-	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

OBSERVAÇÃO: PREENCHER ESTA PLANILHA SOMENTE NO 2º SEMESTRE

Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA/MA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	53.830.459,09	
Receita Corrente líquida Ajustada		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	27780426,73	51,61%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	29068447,91	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	27615025,51	51,30%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	#REF!	#REF!
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	#REF!	#REF!
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11842315,95	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8612596,39	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3768010,92	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RREO. 3º BIMESTRE DE 2019

Tabela 1 - Balanço Orçamentário

JOÃO LISBOA-MA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Bimestre de 2019

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e I*)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais (g-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	70.500.000,00	70.500.000,00	8.827.647,80	12,52%	27.347.701,53	38,79%	43.152.298,47
RECEITAS CORRENTES	62.716.000,00	62.716.000,00	8.431.190,17	13,44%	26.951.243,90	42,97%	35.764.756,10
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	1.755.000,00	1.755.000,00	257.739,20	14,69%	666.454,08	37,97%	1.088.545,92
Impostos	1.482.000,00	1.482.000,00	240.635,32	16,24%	578.311,18	39,02%	903.688,82
Taxas	273.000,00	273.000,00	17.103,88	6,27%	88.142,90	32,29%	184.857,10
Contribuição de Melhoria	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	-	0,00%	403,02	0,27%	149.596,98
Contribuições Sociais	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	150.000,00	150.000,00	-	0,00%	403,02	0,27%	149.596,98
RECEITA PATRIMONIAL	340.000,00	340.000,00	27.972,45	8,23%	79.956,92	23,52%	260.043,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Valores Mobiliários	320.000,00	320.000,00	27.570,85	8,62%	79.195,94	24,75%	240.804,06
Delegação de Serviços Públicos mediante Concessão, Permissão, autorização ou Licença	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Exploração do patrimônio intangível	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Cessão de Direitos	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Demais Receitas Patrimoniais	20.000,00	20.000,00	401,60	2,01%	760,98	3,80%	19.239,02
RECEITA AGRICOLA/PESQUEIRA	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	591,25	3,94%	591,25	3,94%	14.408,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Outros Serviços	15.000,00	15.000,00	591,25	3,94%	591,25	3,94%	14.408,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.456.000,00	60.456.000,00	8.144.887,27	13,47%	26.203.836,63	43,34%	34.252.161,37
Transferências da União e de suas Entidades	42.076.000,00	42.076.000,00	3.216.857,40	12,40%	17.174.616,07	40,82%	24.901.383,93
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.245.000,00	4.245.000,00	614.775,15	14,48%	2.053.507,16	48,37%	2.191.492,84
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	14.135.000,00	14.135.000,00	2.313.254,72	16,37%	6.975.715,40	49,35%	7.159.284,60
Transferências do Exterior	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Cessão de Direitos	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
RECEITAS DE CAPITAL	7.784.000,00	7.784.000,00	396.457,63	5,09%	396.457,63	5,09%	7.387.542,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.784.000,00	7.784.000,00	396.457,63	5,09%	396.457,63	5,09%	7.387.542,37
Transferências da União e de suas Entidades	6.334.000,00	6.334.000,00	250.000,00	3,95%	250.000,00	3,95%	6.084.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.450.000,00	1.450.000,00	146.457,63	10,10%	146.457,63	10,10%	1.303.542,37
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências do Exterior	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) Linha 125	-	-	-	0,00%	-	0,00%	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	70.500.000,00	70.500.000,00	8.827.647,80	12,52%	27.347.701,53	38,79%	43.152.298,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Mobiliária	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Contratual	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Mobiliária	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
Contratual	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	70.500.000,00	70.500.000,00	8.827.647,80	12,52%	27.347.701,53	38,79%	43.152.298,47
DEFICIT (VI)	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	70.500.000,00	70.500.000,00	8.827.647,80	12,52%	27.347.701,53	38,79%	43.152.298,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

JOÃO LISBOA-MA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 3º Bimestre de 2019

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2018
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-
Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-	-
Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III-IV)	-	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2018	Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Civil	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Militar	-	-	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV) - (VII)²	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR			APORTES REALIZADOS					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								
Outros Aportes para o RPPS								
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								



DIÁRIO OFICIAL

João Lisboa – Maranhão

Instituído pela Lei Municipal nº 023-2017, de 19 Dezembro de 2017



Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

JOÃO LISBOA-MA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Bimestre de 2019

RECEITAS DO ENSINO					RS 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100		
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.482.000,00	1.482.000,00	578.311,18	39,02%		
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	10.000,00	10.000,00	7.423,65	74,24%		
1.1.1- IPTU	10.000,00	10.000,00	7.423,65	74,24%		
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	-	-	-	0,00%		
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> - ITBI	100.000,00	100.000,00	59.857,43	59,86%		
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	59.857,43	59,86%		
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	0,00%		
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	872.000,00	872.000,00	377.028,80	43,24%		
1.3.1- ISS	872.000,00	872.000,00	377.028,80	43,24%		
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	-	-	0,00%		
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	134.001,30	26,80%		
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.650.000,00	23.650.000,00	10.332.416,13	43,69%		
2.1- Cota-Parte FPM	18.980.000,00	18.980.000,00	8.079.245,93	42,57%		
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.730.000,00	17.730.000,00	8.079.245,93	45,57%		
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	610.000,00	610.000,00	-	0,00%		
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	640.000,00	640.000,00	-	0,00%		
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	1.855.114,38	46,38%		
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	-	0,00%		
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	14.197,22	28,39%		
2.5- Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	1.754,48	4,39%		
2.6- Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	382.104,12	69,47%		
2.7- Cota-Parte IOF-Outro	-	-	-	0,00%		
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.132.000,00	25.132.000,00	10.910.727,31	43,41%		

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	0,00%
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.325.000,00	1.325.000,00	710.472,45	53,62%
5.1- Transferências do Salário-Educação	500.000,00	500.000,00	217.748,83	43,55%
5.2- Transferências Diretas - PDDE	15.000,00	15.000,00	-	0,00%
5.3- Transferências Diretas - PNAE	750.000,00	750.000,00	488.648,00	65,15%
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	10.000,00	10.000,00	4.075,62	40,76%
5.5- Outras Transferências do FNDE	50.000,00	50.000,00	-	0,00%
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	0,00%
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.610.000,00	1.610.000,00	-	0,00%
6.1- Transferências de Convênios	1.610.000,00	1.610.000,00	-	0,00%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	0,00%
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	0,00%
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	0,00%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.935.000,00	2.935.000,00	710.472,45	24,21%

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.222.000,00	4.222.000,00	1.986.871,75	47,06%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.296.000,00	3.296.000,00	1.615.849,04	49,02%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	371.022,71	46,38%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	-	0,00%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	-	0,00%
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	-	-	-	0,00%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	110.000,00	110.000,00	-	0,00%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	27.485.000,00	27.485.000,00	14.012.444,66	50,98%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.135.000,00	14.135.000,00	6.975.715,40	49,35%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	13.170.000,00	13.170.000,00	7.009.174,84	53,22%
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	180.000,00	180.000,00	27.554,42	15,31%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	9.913.000,00	9.913.000,00	4.988.843,65	50,33%

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] - ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 4.988.843,65

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] - DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB -

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	14.750.000,00	14.750.000,00	11.401.127,04	77,30%	6.514.024,00	44,16%	4.887.103,04
13.1- Com Educação Infantil	450.000,00	450.000,00	268.682,33	59,71%	266.580,91	59,24%	2.101,42
13.2- Com Ensino Fundamental	14.300.000,00	14.300.000,00	11.132.444,71	77,85%	6.247.443,09	43,69%	4.885.001,62
14- OUTRAS DESPESAS	7.800.000,00	7.845.100,00	5.214.580,59	66,47%	3.607.792,02	45,99%	1.606.788,57
14.1- Com Educação Infantil	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
14.2- Com Ensino Fundamental	7.800.000,00	7.845.100,00	5.214.580,59	66,47%	3.607.792,02	45,99%	1.606.788,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	22.550.000,00	22.595.100,00	16.615.707,63	73,54%	10.121.816,02	44,80%	6.493.891,61
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	VALOR						
16.1 - FUNDEB 60%	-						
16.2 - FUNDEB 40%	-						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-						
17.1 - FUNDEB 60%	-						
17.2 - FUNDEB 40%	-						
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	-						

NOTA: Assinado eletronicamente conforme art. 2º da Lei nº 023 de 19 de Dezembro de 2017

INDICADORES DO FUNDEB							VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							10.121.816,02
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							46,49%
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							25,75%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							27,77%
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE <EXERCÍCIO > ²							
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
	(d)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.000.000,00	4.000.000,00	1.761.173,26	44,03%	1.578.660,52	39,47%	182.512,74
22.1 - Creche	4.000.000,00	4.000.000,00	1.761.173,26	44,03%	1.578.660,52	39,47%	182.512,74
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.950.000,00	2.950.000,00	1.618.682,33	54,87%	1.478.145,59	50,11%	140.536,74
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.050.000,00	1.050.000,00	142.490,93	13,57%	100.514,93	9,57%	41.976,00
22.2 - Pré-escola	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
23- ENSINO FUNDAMENTAL	25.675.000,00	25.675.000,00	17.136.652,15	66,74%	10.493.706,31	40,87%	6.642.945,84
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	22.200.000,00	22.200.000,00	16.347.025,30	73,64%	9.855.235,11	44,39%	6.491.790,19
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.475.000,00	3.475.000,00	789.626,85	22,72%	638.471,20	18,37%	151.155,65
24- ENSINO MÉDIO	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
25- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
27- OUTRAS	770.000,00	770.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	30.445.000,00	30.445.000,00	18.897.825,41	62,07%	12.072.366,83	39,65%	6.825.458,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (12)							4.988.843,65
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							4.674.158,72
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							-
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - (45 j)							-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) ⁵							9.663.002,37
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36)) ⁶							2.409.364,46
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % ⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL DE 25% ³							22,08%

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
	(d)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	30.445.000,00	30.445.000,00	18.897.825,41	62,07%	12.072.366,83	39,65%	6.825.458,58
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM <EXERCÍCIO> (j)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					251.895,21		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					251.895,21		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB					-		
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB			SALÁRIO EDUCAÇÃO		
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>		474.061,87			-		
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)		14.722.917,11			14.722.917,11		
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		740.481,54			12.649.204,60		
48.1 (-) Orçamento do Exercício		-			-		
48.2 (-) Restos a Pagar		740.481,54			-		
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.657.982,83			2.658.982,83		
50- (-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		17.114.480,27			4.732.695,34		
51- (+) AJUSTES		557.219,07			-		
51.1 (+) Retenções		557.219,07			-		
51.2 (+) Valores a recuperar		-			-		
51.3 (+) Outros valores extraorçamentários		-			-		
51.4 (+) Conciliação Bancária		-			-		
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		17.671.699,34			4.732.695,34		

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do artigo 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Tabela 9 – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

JOÃO LISBOA-MA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Bimestre de 2019

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO NÃO EXECUTADO
	(d)	(e)	(f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL			0,00
Investimentos	7.553.153,75	5.778.994,60	1.774.159,15
Inversões Financeiras			0,00
Amortização da Dívida	200.000,00	115.733,37	84.266,63
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	7.353.153,75	5.663.261,23	1.689.892,52
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	7.353.153,75	0,00	1.689.892,52

FONTE: Sistema <sisitema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>.

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Tabela 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

JOÃO LISBOA-MA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Bimestre de 2019

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					SALDO
	(a)	(b)					(c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	SALDO
	(d)	(e)		(f)		(g)	(h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016	2017					SALDO ATUAL
VALOR (III)	(i)	(j) = (Ib - (IIe + IIg))					(k) = (III + IIIj)
	-	-					-

FONTE: Sistema <sisitema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>.

Tabela 12.2 - Demonstrativo das Despesas com Saúde - Municípios

JOÃO LISBOA-MA - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º Bimestre de 2019

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Em Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	Até o Bimestre	%
			(b)	(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.482.000,00	1.482.000,00	578.311,18	39,02%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.000,00	10.000,00	7.423,65	74,24%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	59.857,43	59,86%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	872.000,00	872.000,00	377.028,80	43,24%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	134.001,30	26,80%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	-	-	-	0,00%
Dívida Ativa dos Impostos	-	-	-	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	-	-	-	0,00%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.150.000,00	21.150.000,00	10.332.416,13	48,85%
Cota-Parte FPM	16.480.000,00	16.480.000,00	8.079.245,93	49,02%
Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	1.754,48	4,39%
Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	382.104,12	69,47%
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	1.855.114,38	46,38%
Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	14.197,22	28,39%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	-	0,00%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	-	0,00%
Outras	-	-	-	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	22.632.000,00	22.632.000,00	10.910.727,31	48,21%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		(c)	Até o Bimestre	%
			(d)	(d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	8.040.000,00	8.040.000,00	2.311.668,90	28,75%
Provenientes da União	-	-	-	0,00%
Provenientes dos Estados	7.525.000,00	7.525.000,00	2.288.609,75	30,41%
Provenientes de Outros Municípios	515.000,00	515.000,00	23.059,15	4,48%
Outras Receitas do SUS	-	-	-	0,00%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	0,00%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	8.040.000,00	8.040.000,00	2.311.668,90	28,75%

DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
		(e)	Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
			(f)	(f/e) x 100	(g)	(g/e) x 100	
(Por Grupo de Natureza da Despesa)							
DESPESAS CORRENTES	14.580.000,00	14.568.794,00	9.348.544,63	64,17%	5.367.017,30	36,84%	
Pessoal e Encargos Sociais	9.625.000,00	9.629.558,05	7.520.560,37	78,10%	3.991.615,18	41,45%	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Outras Despesas Correntes	4.955.000,00	4.939.235,95	1.827.984,26	37,01%	1.375.402,12	27,85%	
DESPESAS DE CAPITAL	850.000,00	846.779,78	60.603,83	7,16%	12.673,83	1,50%	
Investimentos	850.000,00	846.779,78	60.603,83	7,16%	12.673,83	1,50%	
Inversões Financeiras	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Amortização da Dívida	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.430.000,00	15.415.573,78	9.409.148,46	61,04%	5.379.691,13	34,90%	

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
			(h)	(h/IV)x100	(i)	(i/IV)x100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.556.837,25	2.556.837,25	2.556.837,25	27,17%	2.556.837,25	47,53%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Outros Recursos	2.556.837,25	2.556.837,25	2.556.837,25	27,17%	2.556.837,25	47,53%	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.556.837,25	2.556.837,25	2.556.837,25	27,17%	2.556.837,25	47,53%	

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI/III ou I) / III x 100⁴ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%⁴⁺⁵

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/III ou I) - (15 x III)/100]⁶

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em «Exercício de Referência»	9.043.615,13	2.253,28	-	9.041.361,85	-
...	4.598.356,32	-	4.545.258,81	4.598.356,32	-
Inscritos em «Exercício de Referência - 4»	659.295,25	-	228.972,45	659.295,25	-
Inscritos em «Exercícios Anteriores ao de Referência - 4 (Somatório)»	-	-	-	-	-
Total	14.301.266,70	2.253,28	4.774.231,26	14.299.015,42	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em <Exercício de Referência>	-	-	-
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em <Exercício de Referência - 4>	-	-	-
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em <Exercícios Anteriores ao de Referência - 4 (Somatório)>	-	-	-
Total (VIII)	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 23 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em <Exercício de Referência - 1>	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em <Exercício de Referência - 5>	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em <Exercícios Anteriores ao de Referência - 5 (Somatório)>	-	-	-
Total (IX)	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processadas*
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	8.600.000,00	8.556.724,94	5.612.695,99	58,46%	3.099.139,11	56,91%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.035.000,00	5.992.122,34	3.433.585,67	35,76%	2.098.276,30	38,53%	
Suporte Profilático e Terapêutico	315.000,00	315.000,00	18.926,80	0,20%	18.926,80	0,35%	
Vigilância Sanitária	360.000,00	360.000,00	343.940,00	3,58%	163.348,92	3,00%	
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Alimentação e Nutrição	120.000,00	191.726,50	191.725,50	2,00%	66.379,42	1,22%	
Outras Subfunções	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
TOTAL	15.430.000,00	15.415.573,78	9.600.873,96		5.446.070,55		

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

* Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

1 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

3 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

4 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Tabela 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JOÃO LISBOA-MA - PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Bimestre de 2019

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			70.500.000,00
Previsão Atualizada			70.500.000,00
Receitas Realizadas			27.347.701,53
Déficit Orçamentário			-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			-
DESPESAS			
Dotação Inicial			70.500.000,00
Créditos Adicionais			-
Dotação Atualizada			70.500.000,00
Despesas Empenhadas			41.477.499,14
Despesas Liquidadas			24.535.018,97
Despesas Pagas			23.631.272,01
Superávit Orçamentário			2.812.682,56
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			41.477.499,14
Despesas Liquidadas			24.535.018,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			53.830.459,09
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			-
Despesas Previdenciárias Liquidadas			-
Resultado Previdenciário			-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			-
Despesas Previdenciárias Liquidadas			-
Resultado Previdenciário			-
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-	2.155.811,42
Resultado Primário		40.698.200,00	2.398.792,18
			% em Relação à Meta (b/a)
			0,00%
			5,89%

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.532.826,89	-	1.119.084,22	413.742,67
Poder Executivo	1.532.826,89	-	1.119.084,22	413.742,67
Poder Legislativo	-	-	-	-
Poder Judiciário	-	-	-	-
Ministério Público	-	-	-	-
Defensoria Pública	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.239.144,45	-	235.090,55	2.004.053,90
Poder Executivo	2.239.144,45	-	235.090,55	2.004.053,90
Poder Legislativo	-	-	-	-
Poder Judiciário	-	-	-	-
Ministério Público	-	-	-	-
Defensoria Pública	-	-	-	-
TOTAL	3.771.971,34	-	1.354.174,77	2.417.796,57
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	74.348,34	25%	22,08%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	-	60%	84,93%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	11.401.127,04	60%	46,49%	
Complementação da União ao FUNDEB	7.009.174,84	R\$	25,87%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado		
Receita de Operação de Crédito	-	-		
Despesa de Capital Líquida	5.894.727,97	1.858.425,78		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	9.409.148,46	15,00%	25,87%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL (%)	0,00%			

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA

Relatório de Gestão Fiscal: 1º Semestre de 2019

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO MARANHÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Tabela 1.1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.112.360,90	0,00
Pessoal Ativo	1.112.360,90	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Decisão PL TCE nº 15/2004	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.112.360,90	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.828.320,94	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	53.828.320,94	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.112.360,90	2,07%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.229.699,26	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.068.214,29	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.906.729,33	5,40%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Tabela 1.2

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3)*c	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Modelo para Demonstrativo da Despesa com Pessoal detalhada mensalmente

ESTADO DO MARANHÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Fórmula 12 Meses)									
	LIQUIDADAS									
	<MR-1>	<MR-10>	<MR-5>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	103.568,00	101.596,05	89.555,44	88.760,12	89.927,63	95.843,20	85.354,60	90.409,00	89.628,32	96.251,35
Pessoal Ativo	103.568,00	101.596,05	89.555,44	88.760,12	89.927,63	95.843,20	85.354,60	90.409,00	89.628,32	96.251,35
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	90.830,23	88.151,54	76.591,05	76.013,00	76.043,00	81.830,99	72.489,48	77.352,30	76.571,62	82.079,99
Obrigações Patronais	12.737,85	13.444,51	12.964,39	12.747,12	13.884,63	14.012,21	12.865,12	13.056,70	13.056,70	14.171,36
Benefícios Previdenciários										
Pessoal Inativo e Pensionistas										
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões										
Outros Benefícios Previdenciários										
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)										
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária										
Decretos de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração										
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração										
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados										
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	103.568,00	101.596,05	89.555,44	88.760,12	89.927,63	95.843,20	85.354,60	90.409,00	89.628,32	96.251,35

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 156 da CF)	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a - III b)	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,85 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	

FONTE: Sistema <Name>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Estes valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite	% DTP	Redutor Resultado	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

R\$ 1,00

=<MR-1>	=<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
92.093,71	89.373,40	1.112.360,90		0,00
92.093,71	89.373,40	1.112.360,90		0,00
77.718,99	75.219,57	950.891,76		
14.374,72	14.153,83	161.469,14		
		0,00		
0,00	0,00	0,00		0,00
		0,00		
		0,00		
		0,00		
0,00	0,00	0,00		0,00
		0,00		
		0,00		
		0,00		
92.093,71	89.373,40	1.112.360,90		0,00

% SOBRE A RCL AJUSTADA	
53.828.320,94	-----
-	-----
53.828.320,94	-----
1.112.360,90	2,07%
3.229.699,26	6,00%
3.068.214,29	5,70%
2.906.729,33	5,40%

amento podem ser excluídos.

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

ESTADO DO MARANHÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	39.894,43	-	-	-	-	-	-	-	39.894,43	
Receitas Ordinárias	39.894,43	-	-	-	-	-	-	-	39.894,43	
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Recursos Vinculados à Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	39.894,43	-	-	-	-	-	-	-	39.894,43	

FONTE: Sistema "Nome", Unidade Responsável "Nome", Data da emissão "dd/mm/aaaa" e hora de emissão "hh:mm:ss".

Note:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

ESTADO DO MARANHÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RECETA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		53.828.320,94	
Receita Corrente líquida Ajustada			
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		1112360,9	2,07%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		3229699,256	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		3068214,294	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		#REF!	#REF!
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		#REF!	#REF!
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		#REF!	#REF!
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		#REF!	#REF!
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		#REF!	#REF!
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		#REF!	#REF!
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			0,00%
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total			

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Tabela 7 – Informações complementares

ESTADO DO MARANHÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

ÍTEM	VALOR	
REPASSE DA PREFEITURA ATÉ O PERÍODO	729.836,49	
SOMA DOS CRÉDITOS ADICIONAIS DA CÂMARA ATÉ O PERÍODO	18.317,98	
SOMA DAS ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DA CÂMARA ATÉ O PERÍODO	18.317,98	
DESPESA TOTAL DO LEGISLATIVO ATÉ O PERÍODO	689.942,06	
DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUINDO GASTOS COM SUBSÍDIOS DOS VEREADORES ATÉ O PERÍODO	461.431,95	
REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES ATÉ O PERÍODO	303.000,00	
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	-	
	Mês atual	4.500,00
	Mês atual - 1	4.500,00
	Mês atual - 2	4.500,00
	Mês atual - 3	4.500,00
	Mês atual - 4	4.500,00
	Mês atual - 5	4.500,00
REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DE VEREADOR ATÉ O PERÍODO	Mês atual - 6	-
	Mês atual - 7	-
	Mês atual - 8	-
	Mês atual - 9	-
	Mês atual - 10	-
	Mês atual - 11	-
RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	53.129.057,34	

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Nota:

Estado do Maranhão
Município de João Lisboa

DIÁRIO OFICIAL
Executivo

Secretaria Municipal de Administração
AV. Imperatriz, 1331, Bairro Centro CEP: 65922-000 – João Lisboa - MA Cep: 65922-000,
Diário.oficial@joaolisboa.ma.gov.br

Jairo Madeira De Coimbra
Prefeito Municipal
Evilásio Carvalho Da Silva
Secretario Municipal de Administração E Modernização

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados a Diário por e-mail;
- b) Medida da página – 17 cm de largura e 25 cm de altura;
- c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
- d) Tipo de fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 9;
- f) Entrelinhas simples;
- g) Excluir linhas em branco;
- h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
- i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dias após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
- j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
- k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas

Informações: Diário.oficial@joaolisboa.ma.gov.br

Assinatura Digital